

# SHIN BET: UMA CULTURA DE TORTURA E MENTIRAS

---

Hanan Chehata



# MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece informações e análises abrangentes sobre política internacional. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Norte da África e Oriente Médio — com destaque para a questão palestina. O portal em português também inclui informações e análises sobre América Latina.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça.

O MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça, ao promover a restauração dos direitos palestinos, incluindo o direito de retorno e um Estado palestino democrático com Jerusalém como sua capital. O MEMO defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que formuladores de políticas sejam melhor informados, por meio de uma cobertura de mídia justa e embasada, o MEMO busca promover um maior impacto nos atores responsáveis por decisões-chave que afetam políticas regionais e internacionais.

Título: Shin Bet: Uma cultura de tortura e mentiras  
Foto de capa: Cadeira de interrogatório [Reprodução]

Publicado em outubro de 2023.

Esta publicação preserva os direitos de copyright dos autores. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou distribuída, por qualquer forma ou meio, sem expressa autorização prévia dos detentores dos direitos autorais.



Monitor do Oriente Médio  
Estado de São Paulo, Brasil  
[www.monitordooriente.com](http://www.monitordooriente.com)

## SHIN BET: UMA CULTURA DE TORTURA E MENTIRAS

---

Hanan Chehata

- Relatório publicado originalmente pelo Monitor do Oriente Médio (MEMO) – Londres em 19 de setembro de 2011.

## Introdução

### O que – ou quem – é o Shin Bet?

Conhecido ao longo do tempo por diferentes nomes – Serviço Geral de Segurança (SGS), Agência de Segurança de Israel (ASI) ou Shabak, por exemplo – o Shin Bet consagrou-se como a principal repartição de segurança doméstica e contrainteligência de Israel. Dentre suas atribuições está o interrogatório de “suspeitos”, exposição de círculos “terroristas”, contraespionagem, proteção do chefe de Estado e assim por diante.

O Shin Bet é um dos três ramos da comunidade de inteligência de Israel:

1. **Shin Bet** Segurança interna
2. **Mossad** Segurança externa
3. **Aman** Segurança militar

Com seu lema “defender sem ser visto” ou “o escudo invisível”, o Shin Bet prevaleceu no decorrer dos anos como uma organização relativamente clandestina, ao operar nas sombras. A misteriosa agência israelense somente veio a público com o fracasso de algumas missões – mesmo assim, muito esporadicamente.

Há diversas seções operacionais dentro do Shin Bet, por exemplo:

- **Departamento para Assuntos Árabes**, para investigar “grupos terroristas”, isto é, a resistência palestina;
- **Departamento para Assuntos Não-árabes**, para monitorar e investigar outros países – no passado, dividido entre países comunistas e não-comunistas;
- **Departamento de Segurança Protetiva**, incumbido de defender embaixadas, prédios e agentes públicos, aviões da companhia El Al, entre outros.

Em último caso, a agência responde ao **Primeiro-ministro de Israel**.

O Shin Bet representa os olhos e ouvidos da ocupação nos territórios palestinos. Seus agentes são treinados e especializados em operações à paisana para se infiltrar nas comunidades palestinas ao ponto, segundo relatos, de arquitetar vidas de mentira, orar nas mesquitas ao lado dos palestinos, socializar com ativistas e assim por diante<sup>1</sup>. É assim que reúnem informações sobre as atividades palestinas a partir de dentro, ao aplicar o conhecimento adquirido em ações repressivas na Faixa de Gaza sitiada e na Cisjordânia ocupada.

### As infames origens do Shin Bet

Ao olhar para as origens do Shin Bet, a maioria das fontes meramente diz que o Serviço Secreto Israelense surgiu em 1948, data coincidente com o nascimento do Estado. Raramente há detalhes sobre a questão. Ao escavarmos a superfície descobrimos, porém, que a agência tem raízes perturbadoras, nas infames organizações terroristas Haganah e Irgun<sup>2</sup>, entre outras responsáveis por sucessivos massacres. De fato, milícias extremistas se fundiram para dar à luz às Forças de Defesa de Israel (FDI), entre outras agências. Neste contexto, o braço de inteligência do Haganah evoluiu ao que é considerado hoje o Shin Bet.

Os grupos paramilitares Haganah e Irgun ganharam fama por recorrer ao terrorismo contra autoridades do Mandato Britânico e palestinos nativos. Entre suas ações mais hediondas, está o atentado a bomba contra o Hotel Rei David na cidade de Jerusalém, em 22 de julho de 1946, deixando 93 mortos e dezenas de feridos. Seu líder foi Menachim Begin, futuramente primeiro-ministro de Israel. Outro exemplo é o massacre de Deir Yassin, em abril de 1948, no qual centenas de homens, mulheres e crianças foram assassinados.



Destroços do Hotel Rei David após ataque do Irgun, em Jerusalém, 22 de julho de 1946 [Reprodução]

Segundo o pesquisador Richard Deacon: “Nos últimos anos de luta contra os britânicos, antes de Israel ganhar sua independência [sic], o núcleo do serviço secreto já fora forjado para a nação emergente ... de modo geral, a iniciativa abarcou grupos incumbidos de coletar informações para as organizações Haganah e Irgun.”<sup>3</sup>



Ruínas de Manshiya, entre Jaffa e Tel Aviv, após bombardeios de milícias sionistas, em maio de 1948 [Reprodução]

Deacon explica como:

“ Ao recrutar a maior parte da equipe original do Shin Bet dentre as fileiras do Haganah, David Ben Gurion pretendia garantir que seus homens assumissem cargos estratégicos. Ben Gurion sabia haver talentos em abundância no Irgun e mesmo no Lehi [ou Gangue Stern, outro grupo terrorista], a serem seduzidos para sua causa. Determinado a não perdê-los, Ben Gurion avaliou membros do Irgun e do Lehi para recrutar aqueles mais eficazes e disciplinados, alguns ao Shin Bet, outros a ramos distintos do Serviço Secreto. Como resultado, podemos dizer que dentro de um ano ou dois de sua criação, o Shin Bet em particular e o Serviço Secreto de Israel como um todo reuniram as equipes mais promissoras de espiões e gestores de inteligência das fileiras do Haganah, Irgun e Lehi, entre os quais, especialistas em comunicação, criptoanalistas, sabotadores e falsificadores de documentos e passaportes.<sup>4</sup> ”

As raízes do Shin Bet – imersas em violência, barbárie e desumanidade – ajudam a explicar de onde surgiram as práticas modernas de tortura e intimidação do órgão contemporâneo.

## Tortura – Prática padrão do Shin Bet

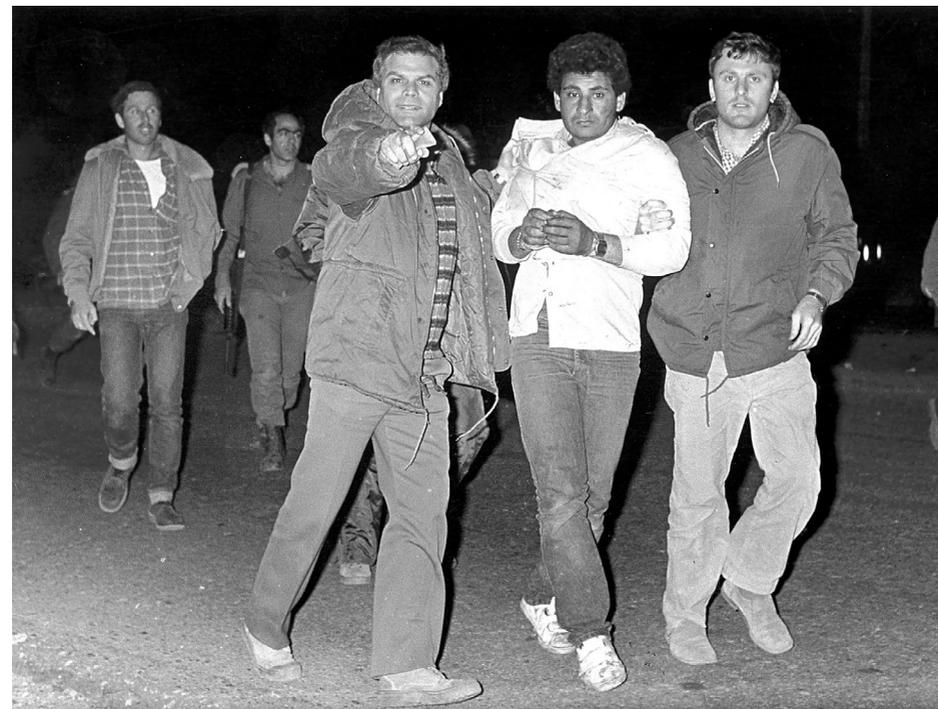
### 1. Escândalos na década de 1980

Uma série de escândalos na década de 1980 atraiu grave apreensão sobre as atividades do Shin Bet. A consternação era tamanha que levou o governo de Israel a instaurar a Comissão Landau (1987), incumbida de avaliar os métodos de interrogatório da agência. Além da enxurrada de queixas de prisioneiros palestinos submetidos a atos equivalentes à tortura, outros escândalos vieram à tona nos anos seguintes.

#### a. Ônibus 300, execução extrajudicial (1984)

O incidente do ônibus 300 (ou Kav 300) envolveu a abdução e o espancamento até à morte de dois de quatro palestinos responsáveis por sequestrar um ônibus em Israel, em uma operação conduzida por agentes do Shin Bet. Em 1996, o comandante Ehud Yatom admitiu ao jornal em hebraico Yedioth Ahronoth instruções para executá-los. “Recebi uma ordem de Avraham Shalom [chefe do SGS] para matar os homens, então os matei”, disse sem pestanejar. “Eu esmaguei suas cabeças”. Mais tarde, foi eleito ao Knesset – o parlamento de Israel.

Após a execução extrajudicial – sem procedimentos legais –, os responsáveis tentaram culpar um comandante das Forças Armadas pelo crime. Devido ao escândalo, o então chefe do Shin Bet, Avraham Shalom, teve de renunciar. Shalom alegou que as ordens foram “aprovadas” desde cima, ao implicar até mesmo o premiê Yitzhak Shamir, por sua vez, conhecido por seu histórico de terrorismo junto ao Irgun e à Gangue Stern.



Majdi Abu Jumma, então com 18 anos, acusado de sequestrar o ônibus 300 [Alex Levac/Reprodução]

Apesar de circularem as notícias de que o Shin Bet promoveu a execução extrajudicial de dois palestinos, agências israelenses se mobilizaram para proteger os criminosos e punir aqueles que buscavam justiça. O procurador geral, Yitzhak Zamir, que pressionava por uma investigação, teve de renunciar; no mesmo contexto, o presidente Chaim Herzog emitiu um perdão executivo a todos os envolvidos nos crimes de homicídio e perjúrio, incluindo Avraham Shalom. Os esforços eram inéditos. Todos foram perdoados antes mesmo de seu julgamento. Desde então, ninguém foi responsabilizado pelas mortes brutais dos palestinos rendidos.

## b. A anulação de uma pena por traição (1987)

Outro escândalo emergiu em 1987, quando um ex-tenente das Forças Armadas, Izat Nafsu, teve sua condenação por traição anulada pela Suprema Corte de Israel, após o tribunal determinar que o Shin Bet obteve sua confissão por meio de interrogatórios abusivos. Confirmou-se ainda que oficiais do Shin Bet cometeram perjúrio durante o julgamento, em particular sobre como obtiveram suas informações. O entendimento na época era que centenas de outros casos, como do ex-tenente, existiam e que atos de tortura e perjúrio eram o padrão de comportamento da agência de espionagem, em vigor há muitos e muitos anos.

## 2. Comissão Landau (1987)

A Comissão Landau abordou duas questões primárias: o uso da tortura pelo Shin Bet em seus interrogatórios e o perjúrio sistêmico de oficiais levados às cortes.

A iniciativa resultou em um relatório de dois tomos sobre os métodos de interrogatório do Shin Bet, dos quais apenas um veio a público – ainda assim, sem trechos considerados desde então confidenciais. O inquérito confirmou o uso de métodos abusivos pelo Shin Bet e o preparo de seus agentes para mentir nos tribunais sobre como as evidências foram obtidas – isto é, através de “confissões” e outras formas clandestinas.

Em decisão controversa, a Comissão declarou que “o exercício de medidas moderadas de pressão física é inevitável”; portanto, é admissível em certos casos. Associações de direitos humanos condenaram a tese. Em 1994, por exemplo, o Comitê Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) contestou: “O relatório da Comissão Landau, ao autorizar ‘pressão física moderada’ como método legal de interrogatório, é absolutamente inaceitável conforme os princípios deste Comitê”.<sup>5</sup>

## 3. A decisão da Suprema Corte contra a tortura (1999)

Após indeferir centenas de queixas submetidas por palestinos vítimas de tortura nas mãos do Shin Bet, em 1999, a Suprema Corte de Israel finalmente decidiu ouvir alguns dos casos. Neste contexto, o fórum julgou contra os usos de tortura pelo Shin Bet, ao supostamente contrapor a tese de necessidade dessas práticas (5100/94, Comitê Público Contra a Tortura de Israel et al. [PCATI] versus Governo de Israel). No entanto, a corte deixou lacunas legais para que agentes do Shin Bet conservassem alguns dos métodos abusivos.



Suprema Corte de Israel, em Jerusalém ocupada,  
15 de abril de 2009 [Reprodução/CC 2.0]

Vale notar que “o Estado não nega o uso desses meios de interrogatório e mesmo ofereceu justificativas para tanto”<sup>6</sup>. Dentre os métodos ainda empregues pelas agências israelenses, podemos mencionar:

#### a. **Sacudidas**

“Este método se manifesta quando agentes sacodem violenta e reiteradamente o torso superior do suspeito, de maneira a abalar rapidamente seu pescoço e sua cabeça. Conforme opinião de especialistas (documentos 5584/95 e 5100/95), este método pode causar lesões cerebrais, ferir a coluna, causar perda de consciência, vômitos e incontinência urinária, além de graves cefaleias. O Estado apresentou diversas perícias contrárias. Portanto, reconhece o uso deste método ... É consenso que, em um incidente em particular (4054/95), o suspeito faleceu após ser sacodido violentamente”<sup>7</sup>.

#### b. **Posição Shabach**

“Um suspeito inquirido sob a posição Shabach tem suas mãos atadas nas costas. O suspeito fica sentado em uma cadeira pequena e baixa, cujo assento é inclinado para frente, em direção ao chão. Uma mão é algemada atrás do suspeito por dentro do vão entre o assento e o encosto. A outra mão é atada por trás da cadeira, contra o encosto. A cabeça do suspeito é coberta por um saco que cai sobre seus ombros. A sala é preenchida com música alta”.

O Shin Bet não nega o uso deste método.

#### c. **Posição do sapo**

“Este método se refere ao ato de coagir o prisioneiro a realizar agachamentos consecutivos nas pontas dos pés, com as mãos atadas atrás das costas, por intervalos de até cinco minutos”.

A corte também ouviu sobre o uso excessivo de algemas, privação do sono, entre outros. Apesar da determinação da Suprema Corte, associações de direitos humanos como a B’Tselem reiteram que tais técnicas de violência física, equivalentes a tortura sob convenções internacionais, ainda são aplicadas sistematicamente. Segundo o Comitê Público Contra a Tortura em Israel (PCATI), a “Suprema Corte concedeu uma lacuna para que torturadores se furtem da lei. A impressão geral é que o tribunal proibiu a tortura, mas o alto número de queixas recebidas desde o veredito mostra que agentes do SGS [Shin Bet] continuam a realizar torturas nas salas de interrogatório. Os interrogadores também continuam a desfrutar de plena imunidade graças a um sistema que perpetua abusos e estende lacunas criadas pela Suprema Corte” (2009)<sup>8</sup>.

## 4. **Práticas regulares de tortura**

Segundo a B’Tselem:

“ Desde 1987, quando a Comissão [Landau] emitiu suas recomendações ao Estado, interrogadores do Shin Bet conduziram tortura contra milhares de prisioneiros, ao impor deliberadamente sofrimento e dor grave aos indivíduos. A tortura não é incomum tampouco se limita a ‘frutos podres’. Ao contrário: a tortura é uma rotina burocrática. Há um equipamento padrão infringir tortura e registrar cuidadosamente as vezes em que se impõe dor e sofrimento. Mesmo as respostas do Estado a petições contra a tortura repetem, parágrafo após parágrafo, justificativas rotineiras para atos supostamente extraordinários. Qualquer eventual supervisão das ações do Shin Bet não obteve êxito em impedir que casos de tortura em Israel se tornassem prática rotineira, sistemática e institucionalizada.”<sup>9</sup> ”

A B'Tselem reiterou que não há dúvida sobre a veracidade das provas referentes a casos de tortura no Shin Bet. Centenas de testemunhos de várias organizações, depoimentos concedidos à Suprema Corte em 1999 e as respostas do Estado às alegações “demonstram com clareza que os métodos de tortura são aplicados regularmente nos interrogatórios. Oficiais do Shin Bet e da Advocacia-geral da União corroboraram o uso da maioria dos métodos. As descrições factuais presentes na decisão da Suprema Corte reforçam a confirmação das práticas”.<sup>10</sup>

Estima-se que entre 1.000 e 1.500 palestinos são interrogados pelo Shin Bet todos os anos. Ato que constitui tortura são empregues em aproximadamente 85% dos casos – trata-se de 850 pessoas torturadas em Israel todo ano. Os números, entretanto, são certamente subnotificados.

Um relatório emitido em maio de 2007 pela B'Tselem, em parceria com o Centro de Defesa do Indivíduo (Hamoked), com o título “Proibição absoluta: Tortura e maus tratos aos prisioneiros palestinos”, diversas técnicas comuns e “especiais” são usadas pelo Shin Bet. Por exemplo:

#### **a. Privação do sono**

O método constitui em impedir que o preso durma por 24 horas, por meios de “interrogatório intensivo”, com o suspeito preso na posição Shabach. Segundo as vítimas, agentes costumavam gritar em seus ouvidos para impedi-los de adormecer. A privação do sono tem uso costumeiro nos primeiros dias de detenção.

#### **b. Espancamentos**

Espancamentos sem razão aparente, tapas, socos e pontapés. A maioria das vítimas observou que as agressões físicas são aplicadas uma única vez durante os interrogatórios, em geral, logo no primeiro ou segundo dia de prisão.

#### **c. Algemação**

Os agentes algemam os presos em posições altamente desconfortáveis, com intuito de ferir ou causar dor intensa nos pulsos. As vítimas reportaram, por exemplo, que durante as sessões, os agentes buscam pressionar as algemas contra as juntas para obstruir o fluxo de sangue à palma das mãos por minutos consecutivos.

#### **d. Puxões e empurrões**

O interrogador agarra o prisioneiro pela camisa ou pelos ombros e o empurra com violência, em geral para a frente, uma única vez. A ação se repete diversas vezes durante a sessão. As mãos do preso costumam estar algemadas atrás de suas costas – muitas vezes atadas ao vão da cadeira, de modo a causar dores intensas nas juntas, braços e mãos.

#### **e. Torção da cabeça**

O agente agarra o pescoço do suspeito e torce a cabeça para um dos lados. Uma alternativa é empurrar a cabeça do prisioneiro para trás com um golpe violento no queixo.

#### **f. Posição do sapo**

Os interrogadores forçam o preso a se agachar na ponta dos pés por minutos a fio, com as mãos atadas atrás das costas. O preso é então empurrado ou golpeado até perder o equilíbrio.

#### **g. Posição da banana**

Os agentes forçam o suspeito a deitar-se com as costas no assento da cadeira, então algemam suas mãos aos pés por trás do corpo, de modo que a coluna fique dolorosamente suspensa em formato de arco.

Soma-se a tais assombrosos detalhes o fato de que Israel é célebre por violar leis de proteção às crianças e que suas Forças Armadas costumam deter menores de idade com regularidade, para intimidar mobilizações dos jovens assim como seus pais. Uma vez abduzidos, os menores são transportados ilegalmente através da “fronteira” ao Estado de Israel, longe de suas famílias, sem acesso a advogados ou qualquer acompanhamento. Então, são interrogados e torturados.



**Fonte:** Comissão para Assuntos dos Detentos e Ex-Detentos e Clube dos Prisioneiros Palestino

## 5. Imunidade legal a torturadores

Organizações de direitos humanos reuniram anos e anos de testemunhos, vídeos do momento das prisões, laudos médicos, entre outros documentos. Todavia, a cultura de tortura do Shin Bet prevalece impune. Segundo o relatório “Justiça negada: A falta de investigação e punição contra a tortura em Israel”, publicado pelo PCATI em dezembro de 2009, “a tortura é um método de interrogatório institucionalizado em Israel, com pleno apoio do sistema legal”.<sup>11</sup>

Como tamanha tradição aberta de tortura se mantém padrão em um país tão celebrado como “única democracia do Oriente Médio”? De fato, um potente escudo de impunidade e ocultação de crimes parece abonar todos os envolvidos nos episódios de tortura investigados em Israel.

O PCATI identificou ao menos sete “camadas de proteção” para agentes do Shin Bet envolvidos com tortura:

1. Uso de pseudônimos para encobrir a identidade dos perpetradores, sem jamais revelar seus nomes verdadeiros às vítimas, que, de outro modo, poderiam identificá-los a terceiros, entre os quais, agentes policiais, tribunais, advogados, ongs etc.
2. Retenção de qualquer documentação audiovisual dos interrogatórios. Gravar a entrevista é considerado direito consagrado dos prisioneiros no mundo civilizado, ao conceder aos suspeitos proteção básica a eventuais abusos. Os prisioneiros palestinos não têm este amparo, sobretudo durante os interrogatórios do Shin Bet. A falta de registros dá aos agentes liberdade para adotar quaisquer métodos que preferirem, sem contrapesos aplicáveis a seu comportamento. Presos – inocentes até que se provem culpados – não possuem, portanto, qualquer proteção.

3. Sistema ambíguo de documentação. Uma versão do relatório de interrogatório é confidencial, com circulação interna, detalhando métodos de coação aplicados, entre outros; outra versão se torna pública, usada nos boletins de ocorrência e nos tribunais, omitindo tais informações.
4. Isolamento em relação ao mundo externo. O Shin Bet nega aos presos acesso a indivíduos que possam reportar condições antes, durante e depois das sessões de tortura, incluindo advogados e quaisquer oficiais não-vinculados à agência.
5. Omissão de laudos médicos referentes ao período de investigação dentre os documentos de corpo de delito do eventual querelante apresentados às cortes.
6. Investigações de fachada sobre queixas de tortura e abusos. As denúncias são “averiguadas” em âmbito interno. Segundo o PCATI, “desde 2001, mais de 600 reclamações foram registradas contra interrogadores do SGS suspeitos de torturar suspeitos. Todas são então encaminhadas à Ouvidoria do Serviço Geral de Segurança (OC-GIC) para suposta avaliação. Nenhuma delas levou a investigações penais: “O procurador-geral e a advocacia-geral conferem imunidade efetiva aos interrogadores”. Concluiu o PCATI: “Israel não tem qualquer mecanismo genuíno para investigar as denúncias de tortura ... não há qualquer processamento substancial sobre tais queixas, muito menos correção disciplinar ou indenização”.
7. A Lei do SGS. A sétima camada de proteção foi ratificada e institucionalizada pelo Knesset em 2002. A lei assegura que um agente de segurança “não tem responsabilidade civil ou penal por atos ou omissões cometidas em boa fé e de maneira razoável [sic] dentro de sua função e para propósito de cumprir os ditos encargos”. Por outro lado, junto desta imunidade completa, a lei também garante que todos os métodos operacionais e nomes dos agentes do Shin Bet e outras agências são confidenciais. O sigilo impede que os

presos ou seus representantes saibam quem conduziu, comandou ou autorizou o interrogatório abusivo; ou se as ações tomadas estavam de acordo com procedimentos de trabalho padrão.

## 6. Tortura psicológica, ameaças contra familiares

Além de tortura física extrema, há provas abundantes e irrefutáveis de que os presos são submetidos a níveis perturbadores de tortura psicológica pelo Shin Bet. O relatório intitulado “Problemas de família: Uso de parentes para pressionar detentos sob interrogatório do SGS”<sup>12</sup> (PCATI) traz a público alguns dos métodos mais frequentemente aplicados de pressão psicológica contra os presos palestinos. Por exemplo, são submetidos a ameaças de morte ou mutilação pelos interrogadores. Agentes repetem durante a sessão que vão quebrar suas colunas, torná-los deficientes ou desfigurá-los permanentemente. O confinamento solitário é outra tática comum para causar pressão psicológica.

Outra técnica comum entre as ações do Shin Bet é ameaçar familiares – ao que parece, ninguém está fora de risco. Em alguns casos, os agentes constroem cenários fictícios para convencer os presos que seus parentes também estão em custódia, submetidos a tortura análoga. Em outros casos, prisões e abusos são de fato cometidos contra familiares dos prisioneiros para coagi-lo a cumprir as demandas dos torturadores. A prática é reconhecida e avalizada pela cúpula do Shin Bet<sup>13</sup>.

Todos os métodos de tortura são ilegais sob a lei internacional. A Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura – da qual Israel é signatário –, assim como o Pacto Internacional sobre Direitos Políticos e Civis e as Convenções de Genebra proíbem a tortura e outras formas de maus tratos físicos e psicológicos. Israel, porém, ignora padrões básicos de dignidade humana. O Shin Bet é culpado, portanto, de violações flagrantes do direito internacional.

## Perjúrio endêmico

Um aspecto preocupante sobre o uso de tortura para obter declarações dos presos palestinos é quão frequente tais “confissões” são usadas nos tribunais para condená-los ou condenar outros indivíduos comprometidos pelo interrogatório. Segundo a Comissão Landau, nas duas décadas que a antecederam, cerca de metade de todas as entrevistas realizadas pelo Shin Bet levaram a julgamentos nos quais “a esmagadora maioria dos réus foi condenada com base em confissão de culpa”, corroborada perante a corte.

O fato de tais confissões serem fruto de coação ilegal e antiética deveria incorrer na anulação de seus processos ou sequer incorrer em indiciamento – no entanto, não é o que acontece. Oficiais do Shin Bet sistematicamente “mentem [nos tribunais], cometendo crime de perjúrio [e] falso testemunho, o que se tornou rapidamente norma inconteste” do sistema judiciário de Israel. As orientações diretas do SGS para que seus agentes mintam nos tribunais são confirmadas por um memorando internado da instituição, verificou a Comissão Landau.

Embora a Comissão Landau não tenha levado perpetradores à justiça, seu relatório constatou o quão enraizada é a prática de perjúrio, dado “sentimento por parte dos interrogadores de que suas ações não apenas desfrutam de apoio de seus superiores como são de conhecimento de terceiros, que outorgam, portanto, consentimento tácito”. Prosseguiu o documento: “Entre tais terceiros, estão o sistema de promotoria – tanto civil quanto militar –, os tribunais e os círculos políticos”. Oficiais do serviço de segurança confirmaram ainda que há uma espécie de instrução oculta de que interrogadores devem negar o uso de qualquer método material nos tribunais.

Um agente da unidade de interrogatório envolvida no caso do Ônibus 300 e no incidente Nafsu afirmou em testemunho que o próprio chefe do SGS afirmou a seus agentes que o sistema de perjúrio usufrui de ciência e aval das forças políticas<sup>14</sup>. A prática perdura até hoje.

## Assassinatos deliberados



Ahmed Yassin em Teerã, em maio de 1998 [Reprodução]

Assassinatos deliberados são marca registrada do Serviço Secreto de Israel. A história do país é repleta de assassinatos de figuras como o fundador do Hamas, Ahmed Yassin, tetraplégico, morto em 2004, após realizar suas preces em uma mesquita nas primeiras horas da manhã. O míssil disparado por um helicóptero militar matou nove transeuntes, além de seus guardas.

Em 2006, a Suprema Corte emitiu diretrizes sobre os assassinatos, ao “recomendar” prisão em vez de morte. Em 2008, porém, o Haaretz vazou informações de que as Forças Armadas ignoraram sumariamente as ordens da justiça, ao manter sua política de execuções a sangue frio sem processo legal e fazê-las parecer meros acidentes.

Como resultado, uma breve indignação tomou conta da comunidade internacional sobre Israel e seus órgãos de inteligência – incluindo denúncias sobre censura institucional e confidencialidade<sup>15</sup>.

## Erros e mais escândalos

### 1. O assassinato de Yitzhak Rabin

A reputação do Shin Bet sofreu maiores danos após o assassinato do primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, em novembro de 1995, pelo colono de extrema-direita Yigal Amir. Segundo consta, o Shin Bet tinha ciência das intenções do criminoso; entretanto, após investigá-lo, declarou não haver qualquer ameaça. Considerando a função primária do Shin Bet em compilar informações, além de seu mandato para proteger o chefe de governo, o caso representou uma falha grave da agência. Em meio ao escândalo subsequente, o então chefe do Shin Bet, Karmi Gillon, renunciou, em janeiro de 1996, sucedido pelo contra-almirante Ami Ayalon.

### 2. Identidade trocada: o suspeito de sete anos de idade

Em junho de 2010, soldados israelenses bateram à porta de uma família palestina para levar um menino de apenas sete anos de idade para ser interrogado pelo Shin Bet. O pai apresentou aos agentes a identidade do filho. Os soldados, não obstante, insistiram ter ordens para em levar a criança em custódia.

Os agentes disseram à família que um certo “capitão Tamir”, agente do Shin Bet, os aguardaria para que pudessem ver o menino no dia seguinte, no escritório da Coordenadoria de Atividades do Governo nos Territórios [ocupados] (COGAT), situado no bloco de assentamentos ilegais de Gush Etzion. A família contactou a organização Defence for Children International (DCI). O Shin Bet negou ter emitido ordens para convocar o menino, ao alegar equívoco – o que evidencia má fé ou inépcia de seus agentes.

Segundo o Haaretz:

“ A convocatória costuma se basear em quatro elementos de identificação – primeiro nome, nome do pai, nome do avô e nome da família. Neste caso, somente o primeiro nome coincidia com o nome do menino, mas as Forças Armadas deixaram de notificar seu erro triplo ao convocar uma criança de sete anos com dados e endereço incorretos.<sup>16</sup> ”

Vale notar que abusos israelenses contra menores palestinos – até mesmo crianças de sete anos de idade – são comuns. Em maio de 2011, uma manchete do Haaretz proclamou “Polícia detém menino palestino de sete anos e assedia família, segundo relato”<sup>17</sup>. Neste caso, o jovem aluno da segunda série do ensino fundamental foi preso enquanto brincava e desapareceu por horas a fio, período no qual sofreu agressões físicas dentro da delegacia, sob a alegação de atirar pedras contra as forças ocupantes.

### 3. Conflitos de interesse

Conforme o Jerusalem Post: “Um oficial de alto escalão renunciou de seu cargo em meio a um escândalo sexual e alegações de promover sua amante ... O [então] diretor do Shin Bet, Yuval Diskin, soube da matéria após ser registrada uma queixa interna. Diskin pediu à Comissão de Serviço Cívico que investigasse o caso; em seguida, deu férias ao acusado. O oficial, no entanto, preferiu renunciar”<sup>18</sup>. Outro oficial de cúpula foi pego promovendo o ex-marido de sua amante, também agente do Shin Bet, logo nos meses que antecederam o caso supracitado. Conflitos de interesse e corrupção são comuns na hierarquia do Shin Bet.

#### 4. O escândalo da El Al

Outro escândalo do Shin Bet a constranger Israel foi a expulsão de um agente de inteligência do Estado sionista pelo governo da África do Sul, após ser descoberta uma operação clandestina de larga escala no Aeroporto Internacional Oliver R. Tambo em Joanesburgo.

A companhia aérea israelense El Al foi empregue como fachada para enviar espões do Shin Bet a outros países. Sob o disfarce, agentes de inteligência “se infiltrarem no aeroporto e reuniram informações sobre turistas negros e muçulmanos rumo a Israel”<sup>19</sup>. As descobertas causaram tensões diplomáticas persistentes entre Israel e África do Sul.

#### Conclusão

O Shin Bet é uma agência extremamente perigosa que opera à margem da legalidade. Há uma verdadeira abundância de provas, das mais diversas fontes independentes, que mostram que o órgão israelense viola regularmente padrões básicos da lei humanitária internacional. Entidades renomadas de direitos humanos, tanto em Israel quanto no exterior, condenaram suas práticas, incluindo a Organização das Nações Unidas (ONU), Anistia Internacional, Comitê Público Contra a Tortura em Israel (PCATI), Médicos por Direitos Humanos, B’Tselem, Addameer e Gisha.

Desde sua criação, com raízes no terrorismo colonial sionista da década de 1940, o Shin Bet é marcado por sucessivos escândalos. Tais incidentes põem em dúvida não apenas a ética e moralidade da agência, mas também, por extensão, de membros e apoiadores no passado e no presente. O Shin Bet conduziu tortura física e psicológica contra milhares de civis – fato que sequer a própria agência nega.

Agentes são denunciados por cometer estupros<sup>20</sup>; realizar assassinatos e execuções extrajudiciais; encobrir escândalos sexuais; cometer perjúrio como método regular; intimidar famílias; e trocar identidades. Essas são as violações de que temos conhecimento.

O Shin Bet se considera acima da lei, seja nacional ou internacional, e age com aval para tanto. Seus agentes demonstram incompetência, pouco caso e má fé. Em qualquer sociedade, trata-se de uma mistura perigosa; em uma suposta democracia, é catastrófica.

Não obstante, depoimentos de “especialistas” do Shin Bet ainda são fonte de informações para advogados, think-tanks, redes de imprensa e outras agências, como se tivessem credibilidade. A política de perjúrio e coação mediante tortura para extrair “confissões” significa que qualquer informação cuja fonte é o órgão é suspeita já de antemão. A própria natureza do Shin Bet – suas origens, diretrizes e práticas – põe em xeque essa suposta confiabilidade.

Este relatório é uma breve análise de informações básicas há muito conhecidas pelo público. A agência carece de credibilidade devido a suas ações ao longo da história e exige reforma de ponta a ponta, segundo críticos internos. Melhor ainda, no entanto, seria desmantelá-la, dada suas violações sistêmicas sobre todo e qualquer princípio de legalidade, humanidade e democracia.

## Notas

1. TBR News, “Israel: Missions of Shin Bet Special Operations Unit”, abril de 2003.
2. O Irgun foi designado como organização terrorista pelo Estado de Israel em 1948.
3. Richard Deacon, *The Israeli Secret Service*, Sphere Books, p. 34.
4. *Ibid*, p. 49.
5. Conclusão do Comitê Contra Tortura, 12 de junho de 1994. Disponível em: [www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/A.49.44.para.159-171.En?Opendocument](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/A.49.44.para.159-171.En?Opendocument).
6. Suprema Corte de Justiça. Documento 5100/94, 5100/94, Comitê Público Contra a Tortura de Israel et al. [PCATI] versus Governo de Israel. Disponível em : <http://www.cfisrael.org/a560.html?rsID=405>.
7. *Ibid*.
8. “Justiça negada: A falta de investigação e punição contra a tortura em Israel”, PCATI, dezembro de 2009. Disponível em: [www.stoptorture.org.il/files/Accountability\\_Denied\\_Eng.pdf](http://www.stoptorture.org.il/files/Accountability_Denied_Eng.pdf).
9. Disponível em: <http://www.btselem.org/english/torture/background.asp>.
10. Disponível em: <http://www.btselem.org/english/torture/background.asp>.
11. “Justiça negada: A falta de investigação e punição contra a tortura em Israel”, PCATI, dezembro de 2009.
12. Disponível em: <http://electronicintifada.net/downloads/pdf/080422-pcat.pdf>.
13. Haaretz, “Shin Bet admite usar parentes para intimidar palestinos detidos”, 13 de abril de 2008.
14. “Justiça negada: A falta de investigação e punição contra a tortura em Israel”, PCATI, dezembro de 2009.
15. Hanan Chehata, “Israeli Censorship” (2010). Para mais informações: [www.middleeastmonitor.org.uk/reports/by-dr-hanan-chehata/1449-israeli-censorship](http://www.middleeastmonitor.org.uk/reports/by-dr-hanan-chehata/1449-israeli-censorship).
16. Haaretz, “FDI confunde menino palestino de sete anos em interrogatório do Shin Bet”, 1º de julho de 2010.
17. Haaretz, Nir Hasson, “Polícia detém menino palestino de sete anos e assedia família, segundo relato”, 29 de maio de 2011.
18. The Jerusalem Post, “Oficial do Shin Bet renuncia em meio a escândalo sexual”, 9 de dezembro de 2010.
19. Internews.org, “África do Sul frustra operação do Shin Bet, expulsa agente israelense”, 24 de novembro de 2009.
20. Haaretz, “Reportagem: Médico do FDI confirma evidências de estupro”, 21 de dezembro de 2005.

## Outras fontes

- Convenção das Nações Unidas Contra Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes
- Comitê Público Contra a Tortura de Israel (PCATI)
- Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT)

# MEMO

## MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

*Criando Novas Perspectivas*



[monitordooriente.com](http://monitordooriente.com)



[/monitordooriente](https://www.facebook.com/monitordooriente)



[@monitordoorient](https://twitter.com/monitordoorient)



[@monitordooriente](https://www.instagram.com/monitordoorient)